

Histórias de leitores improváveis: séculos XIX e XX¹

Stories of Unlikely Readers in the 19th and 20th Centuries

Historias de lectores improbables: siglos XIX y XX

Ana Maria de Oliveira Galvão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9063-8267>

Resumo: O artigo tem como principal objetivo analisar, com base em quatro diferentes casos, como indivíduos e grupos sociais tornaram-se leitores(as), apesar de marcados por pertencimentos que, nos contextos em que viveram - séculos XIX e XX no Brasil -, teriam pouca probabilidade de alcançar essa condição. Operando com a noção de “jogos de escalas”, a análise baseia-se, predominantemente, em pesquisas realizadas anteriormente e em dados secundários. Apoia-se em referenciais da História Cultural e da História da Cultura Escrita. Os casos analisados mostram a relevância de algumas instâncias para que a “improbabilidade” ocorresse, como escola, família, cidade, trabalho, religião e movimentos sociais. Revelam, ainda que, embora tendam a predominar, entre os “leitores improváveis”, usos pragmáticos da leitura, também estão presentes a fruição estética e literária. Evidenciam, por fim, que a mudança na escala de observação na análise realizada permitiu confirmar e, ao mesmo tempo, complexificar o que outros estudos têm constatado.

Palavras-chave: história da leitura; cultura escrita; Brasil; século XIX; século XX.

Abstract: The main objective of this article is to analyze, based on four different cases, how individuals and social groups became readers despite belonging to contexts in the 19th and 20th centuries in Brazil that would have had low probabilities of achieving this status. Employing the notion of “scale games”, the analysis is primarily based on previous research and on secondary data. It draws on frameworks from Cultural History and the History of Written Culture. The analyzed cases highlight the significance of certain instances, such as school, family, city, work, religion, and social movements, in facilitating this “improbability.” Furthermore, they reveal that although pragmatic uses of reading tend to predominate among “unlikely readers,” aesthetic and literary enjoyment are also present. Finally, they demonstrate that the change in the scale of observation in the analysis allowed for both confirmation and a complexification of findings observed in other studies.

Keywords: history of reading; written culture; Brasil; 19th century; 20th century.

Resumen: El objetivo principal de este artículo es analizar, a partir de cuatro casos diferentes, cómo individuos y grupos sociales se convirtieron en lectores a pesar de pertenecer a contextos en los siglos XIX y XX en Brasil que tendrían poca probabilidad de alcanzar esta condición. Empleando la noción de “juegos de escalas”, el análisis se basa predominantemente en investigaciones previas y en datos secundarios. Se apoya

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001..



en referentes de la Historia Cultural y de la Historia de la Cultura Escrita. Los casos analizados destacan la relevancia de ciertas instancias, como la escuela, la familia, la ciudad, el trabajo, la religión y los movimientos sociales, para que esta “improbabilidad” ocurriera. Además, revelan que, aunque tienden a predominar entre los “lectores improbables” los usos pragmáticos de la lectura, también están presentes la disfrute estética y literaria. Finalmente, evidencian que el cambio en la escala de observación en el análisis realizado permitió confirmar y, al mismo tiempo, complejizar lo que otros estudios han constatado.

Palabras clave: historia de la lectura; cultura escrita; Brasil; siglo XIX; siglo XX.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar, com base em quatro diferentes casos, como indivíduos e grupos sociais aproximaram-se, ativamente, das culturas do escrito, tornando-se leitores(as), apesar de marcados por pertencimentos que nos contextos em que viveram - séculos XIX e XX no Brasil - teriam pouca probabilidade de alcançar essa condição. Referimo-nos, aqui, à “cultura escrita” como o lugar simbólico e material ocupado pela palavra escrita em/para diferentes indivíduos, grupos sociais e sociedades em determinado momento histórico (Galvão, 2010). Temos, no entanto, preferido o uso das expressões “culturas do escrito”/“culturas escritas”, para sublinhar a pluralidade desses lugares, mesmo quando nos referimos a um mesmo tempo e território (Chartier, 2002).

É importante destacar que, a princípio, nessa categoria de leitores – que denominamos aqui de “improváveis” - estariam todos os brasileiros até aproximadamente 1960 quando a taxa de alfabetização entre a população de 10 anos e mais superou o índice de analfabetismo no país². Esses elementos nos colocam, de imediato, uma questão relevante: a alfabetização em massa é algo, historicamente, muito recente no Brasil.

Mas, há pessoas e grupos sociais para os quais o termo “improváveis” se torna mais adequado porque viviam/vivem em “contextos de exclusão”. As taxas de analfabetismo, entre essas pessoas/grupos, eram/são maiores do que entre a média da população. É nessa perspectiva que discutiremos, neste artigo, alguns desses casos. Duas perguntas nortearam nosso olhar para esses grupos e indivíduos analisados: 1) é possível identificar padrões de regularidade entre eles³?; 2) em caso afirmativo, esses padrões podem ser observados em quais aspectos?

² No Censo de 1950, a população de pessoas analfabetas de 10 anos e mais no país era de 51,5%. Em 1960, pela primeira vez, a taxa de alfabetização supera a de analfabetismo: 60,3% e 39,7%, respectivamente (Ferraro, 2009).

³ Inspiramo-nos, particularmente, na obra de Bernard Lahire, “Sucesso nos meios populares: as razões do improvável”, publicada, originalmente, em 1995, e em primeira edição brasileira, em 1997. Nela, o autor analisa 26 casos de famílias de meios populares francesas e encontra diversos elementos comuns entre elas, que explicariam as “razões do improvável”. É interessante observar que, no título original francês (“Tableaux de familles: heurs et malheurs scolaires en milieux populaires”), a palavra “improvável” não está presente.

Essas questões se desdobram em muitas outras: que instâncias permitiram que a “improbabilidade” ocorresse? Essas instâncias eram consideradas “autorizadas” para ensinar a ler e a escrever, em cada sociedade e época? Que tipos de leitores essas pessoas e/ou grupos sociais se tornaram? Trata-se de leitores considerados legítimos, no sentido que Bourdieu (2008) dá a essa expressão? Os modos como essas pessoas e/ou grupos liam coincidiam com as formas prestigiadas? Ou, como mostram os estudos sobre os autodidatas⁴, eles permaneceram tateando em busca de direções para saber se estavam lendo “certo” ou “errado”, já que não foram ensinados em lugares que ditavam os modos legítimos? Nessa mesma direção, aquilo que liam pode ser considerado leituras de prestígio? Em outras palavras, essas pessoas, mesmo se tornando leitoras, permaneceram em contextos de exclusão? A promessa da libertação pela leitura se cumpria em relação a elas? Esses casos podem nos ajudar a complexificar a equação, também anacrônica, entre escola e leitura? Ajudam, ainda, a pensar no aparente paradoxo, que é o analfabeto que lê? Onde estão a oralidade e a *performance* (Finnegan, 2015) nos nossos trabalhos sobre leitura? Não conseguiremos responder a tantas perguntas no escopo deste artigo, mas elas têm servido de direção para um conjunto de estudos que vimos realizando nas últimas décadas. Consideramos, assim, que elas podem instigar a produção de novas pesquisas sobre o tema.

Para discuti-las, como mencionado, buscaremos “pensar por caso”⁵, atitude epistemológica e metodológica que nos permite, ao mudar a escala de observação, transformar a própria configuração do fenômeno estudado. Não se trata, como afirma Revel (1998), de tomar uma dimensão do mundo social como hierarquicamente superior a outra, mas de, em um “jogo de escalas”, poder compreendê-lo por meio de outras lentes, em sua complexidade e multidimensionalidade.

O artigo não se baseia, assim, em uma única pesquisa realizada, mas é resultado de vários trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesses trabalhos, há muitos casos como os que analisaremos. Por isso, é importante ressaltar que não são histórias raras, excepcionais, mas trajetórias de homens e mulheres comuns que, muitas vezes pela ausência do registro de suas vidas em documentos oficiais, são remetidos a uma espécie de limbo na pesquisa histórica.

Trata-se, portanto, de um ensaio, baseado em estudos já realizados sobre o tema, considerados de maneira mais ampla ou como protagonistas de determinadas análises, em pesquisas de minha autoria e em dados secundários. Nesse gênero discursivo, que consiste em uma exposição lógica e reflexiva sobre determinada temática, sobre a qual o

⁴ Ver, entre outros, Hébrard (1996) e Manke e Galvão (2018).

⁵ Referimo-nos, aqui, ao título do livro organizado por Jean-Claude Passeron e Jacques Revel, *Penser par cas: raisonner à partir de singularités*, publicado em 2015.

autor acumulou experiência ao longo de sua produção intelectual, há maior liberdade para defender determinada posição sem que, necessariamente, recorra-se a abundante empiria e/ou a bibliografia exaustiva (Severino, 1986).

2 Os casos no Brasil Oitocentista

Para o século XIX, em virtude da própria documentação disponível, tomaremos dois grupos como objeto de análise: populações negras e “cegos”. O primeiro tem sido muito estudado e, aos poucos, escravizados e escravizadas, forros e forras e negros livres têm sido visibilizados como participantes ativos das culturas do escrito. Em relação a pessoas com deficiência visual, como as denominamos contemporaneamente, as pesquisas são mais raras.

Qual o perfil dos indivíduos negros que liam? Estudos realizados (ver, por exemplo, Bergamini, 2017; Peres, 2020 e 2022; Moraes, 2007) mostram que, entre os escravizados, destacavam-se aqueles que tinham um ofício especializado, como era o caso dos carpinteiros, cozinheiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros e pedreiros. Eram, frequentemente, “escravos de ganho”, ou seja, aqueles que nos centros urbanos trabalhavam em ocupações diversas e repassavam parte do que recebiam para o seu proprietário. Em relação ao pertencimento étnico, destacam-se aqueles escravizados de origem muçulmana que em seus territórios de origem na África, já sabiam ler e escrever (Paiva, 2006; Reis, 2003). No que se refere ao gênero, tanto homens quanto mulheres negros pareciam participar do mundo da palavra escrita. Muitas vezes, como mostram as análises realizadas por Peres (2020, 2022), baseadas em anúncios e matérias de jornais, mulheres brancas ensinavam a meninas livres e escravizadas, além das prendas domésticas (costurar, engomar e bordar), a ler e a escrever.

Quais os papéis atribuídos à palavra escrita pelas populações negras Oitocentistas? As pesquisas desenvolvidas mostram que a leitura e a escrita eram utilizadas na vida cotidiana, como instrumentos de informação, de proteção espiritual, de organização coletiva e de conquista de direitos, mesmo por aquelas pessoas que não eram alfabetizadas. Viana, Ribeiro Neto e Gomes (2019) analisaram diversos escritos que eles denominaram de “insubordinados”, produzidos por escravizados e utilizados em ações coletivas, como insurreições e rebeliões. Esse tipo de mobilização da palavra escrita já havia sido estudado por Reis (2003) em sua obra sobre o “levante dos malês”, ocorrido em janeiro de 1835, em Salvador. Mas ações em busca de direitos poderiam ser mais sutis, como mostra Cowling (2018) em relação ao processo de emancipação gradual de mulheres negras e de seus filhos no Rio de Janeiro e em Havana; com base no princípio do “ventre livre”, aproveitavam as brechas da legislação, moviam ações judiciais, tendo como base de sustentação uma

rede de apoio mútuo. Além disso, a palavra escrita – em forma de rezas e preces, colocadas em escapulários e amuletos - era usada como proteção espiritual (Reis, 2003); Wissenbach, 2002). Junto ao próprio corpo, escravizados também portavam a carta de alforria, muitas vezes produzida por eles ou por alguém a seu pedido, o que lhes permitia maior mobilidade e circulação (Wissenbach, 2002; Barros, 2017). É razoável também considerar que as populações negras liam, ainda, jornais, tanto aqueles de circulação geral quanto os pertencentes à denominada imprensa negra (Pinto, 2010). Na mesma direção, se havia autores de literatura negros - de Maria Firmina dos Reis (Cruz; Matos; Silva, 2018) a Machado de Assis (Duarte, 2020) – certamente existiam leitores literários entre a população negra. Embora não tenhamos dados precisos sobre as capacidades de ler e de escrever separadamente, é plausível supor que mesmo para os que não sabiam ler a proximidade com o texto escrito originava leituras oralizadas com a mediação de alguém (Moysés, 1995; Barbosa, 2016).

Apesar de todas essas informações reveladas por pesquisas recentes, que não associam as populações negras à ausência da cultura escrita, por que consideramos esse grupo social que viveu no século XIX brasileiro como um caso improvável? Do ponto de vista quantitativo, enquanto as taxas de analfabetismo, em 1872, eram de 82,33% entre a população geral com 5 anos e mais, chegavam a 99,91% entre a população escravizada (Brasil, [1874?]). As cifras não eram muito diferentes quando se comparam homens e mulheres: 99,88% entre os homens e 99,94% entre as mulheres. Além disso, mesmo que a leitura e a escrita não fossem ensinadas necessariamente na escola, é importante destacar que, de modo geral, a legislação proibia a frequência às aulas públicas de pessoas escravizadas. Isso não quer dizer que elas não frequentassem aulas particulares (Silva, 2000; Peres, 2020; Peres, 2022) ou mesmo que não fossem encontradas em aulas públicas (Vidal, 2008)⁶. Também não significa que não frequentassem outros lugares em que aprendiam a ler, como irmandades religiosas, associações profissionais (Luz, 2013; Mac Cord, 2013) e instituições filantrópicas. De todo modo, os espaços formais de aprendizagem eram muito mais restritos para a população escravizada do que para as pessoas livres. Em relação à população negra livre, os indivíduos a ela pertencentes não encontravam restrições legais para frequentar a escola e em alguns casos compunham a maioria do alunado das aulas públicas (Fonseca, 2009; Fonseca; Batista, 2022). Assim, certamente, entre esse grupo havia um número maior de leitores/escritores e de pessoas escolarizadas do que entre a

⁶ Em minhas próprias pesquisas, localizei o seguinte registro, publicado por meio de carta particular de Curitiba, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, na edição no número 136, de 16 de maio de 1884: “Assim, frequentão as escolas da capital, alem das crianças sujeitas ao ensino obrigatorio, em numero quatro vezes superior ao do anno passado, muitas crianças menores de 7 e maiores de 14 annos; todos os *ingenuos*, muitos adultos e mesmo escravos nas aulas nocturnas; os *presos* na escola da cadêa; as *praças* dos dous corpos aqui estacionados nas aulas regimentaes; finalmente os *surdos mudos*” (grifos no original).

escravizada. Infelizmente, não temos estatísticas gerais sobre ele (Brasil, [1874?])⁷. No entanto, era estigmatizado pelo “defeito de cor”⁸, o que também nos permite classificá-lo como “improvável”. Como mostra Veiga (2022), os discursos sobre a inferioridade e a incapacidade de negros e indígenas foram recorrentes em toda a América Latina no período em um processo sistemático de subalternização sociorracial.

Que regularidades podemos observar quando estudamos o caso das populações negras Oitocentistas em relação a outros exemplos descritos pela literatura e/ou que evidenciaremos ao longo deste artigo? Algumas tendências podem ser constatadas. Inicialmente, os(as) leitores(as) negros(as) “improváveis” pareciam se concentrar nos centros urbanos. Como mostram estudos realizados no campo da história da cultura escrita (Petrucchi, 1999; Castillo Gómez, 2021; Roche, 1996), morar na cidade aproximava as pessoas, mesmo aquelas analfabetas, dos usos da palavra escrita, que se encontrava em toda parte – dos letreiros dos estabelecimentos comerciais às lápides dos cemitérios. No meio urbano, também era mais fácil o acesso a impressos de larga circulação e é onde se concentravam instituições que tinham o escrito como base de sua estrutura e função. Era ainda nas cidades que tendiam a ocorrer certos tipos de sociabilidades que envolviam o escrito, como a leitura em voz de jornais nas calçadas (Galvão *et al.*, 2017). No entanto, embora possamos, de modo geral, realizar essas afirmações, elas serão nuançadas por meio de outros casos que ainda discutiremos neste artigo.

No caso das populações negras Oitocentistas, também a participação em outras instâncias educativas, como movimentos sociais e religiosos, cumpria um importante papel na formação de leitores(as). O engajamento em movimentos coletivos, como discutimos, revelava-se significativo no processo de aproximação dos sujeitos das culturas do escrito, como vem sendo pesquisado em relação também a períodos mais recentes. A associação entre religião e leitura, por sua vez, tem sido classicamente estudada em trabalhos sobre a história da alfabetização e da cultura escrita (Viñao Frago, 1993), particularmente para os casos dos países protestantes (Johansson, 1977), mas ainda há poucos estudos, como evidenciaremos ao longo deste artigo, sobre as relações entre os usos da palavra escrita e as diferentes religiosidades dos escravizados, libertos e populações negras livres⁹.

Constatamos também que o exercício de ocupações especializadas, principalmente aquelas vivenciadas em espaços públicos, mesmo que não demandasse a alfabetização

⁷ No Censo de 1872 (Brasil, [1874?]), as taxas de alfabetização e de analfabetismo não são discriminadas, quando se referem à população livre, pela “raça” (“branca”, “parda”, “preta” e “cabocla”).

⁸ Referimo-nos, aqui, ao título do romance de Ana Maria Gonçalves (2006): *Um defeito de cor*. Em relação especificamente às associações, realizadas no período, entre analfabetismo e populações negras, ver Galvão (2022).

⁹ Para a contemporaneidade, há o instigante estudo de Lisa Castillo (2008), sobre as relações entre oralidade e escrita no candomblé.

e a escolarização, também estava relacionado às culturas do escrito, como ocorria com os escravizados de ganho. Em casos em que o próprio ofício exigia o domínio do ler e do escrever, essa afirmação torna-se ainda mais evidente: ser contador, escrivão, juiz, professor, tipógrafo favorecia a formação de leitores(as).

Por fim, o acesso à alfabetização pode ser considerado um fator relevante na construção da trajetória de proximidade das culturas do escrito, embora não tenhamos informações precisas sobre aquelas pessoas que, mesmo sem saber ler, ouviam a palavra escrita por meio da mediação de outras.

Observamos, por outro lado, algumas “irregularidades” no caso das populações negras que viveram no século XIX no Brasil: havia poucas distinções entre os níveis de alfabetização entre homens e mulheres escravizados, o que não ocorria entre a população classificada como livre¹⁰. Ambos vivenciavam, igualmente, contextos de exclusão, caracterizados, entre outros fatores, pelo não acesso à aprendizagem da leitura e da escrita, a não ser em casos pouco significativos do ponto de vista quantitativo, como indicamos acima.

O estudo das populações negras também revela a existência de usos estéticos/literários da palavra escrita, embora prevalecessem usos pragmáticos. O debate sobre os diferentes modos de vivenciar a experiência do ler e do escrever tem mobilizado estudos realizados sobretudo no campo da sociologia da leitura. Muitos autores, baseados principalmente nas teorias de Bakhtin (1997, 2008) e de Bourdieu (1996, 2008), têm mostrado que entre leitores “improváveis”, pertencentes aos meios populares e “não herdeiros”, predomina, em suas experiências culturais, o senso ético e não estético. Em outras palavras, esses indivíduos tendem a conferir um sentido prático, normalmente vinculado ao seu cotidiano, a experiências que em sua origem seriam desprovidas de utilidade. Lahire (2002) dedica-se, particularmente, a complexificar essa aparente dicotomia, revelando que mesmo entre esses sujeitos há momentos em que prevalece a experiência propriamente estética - e o contrário também ocorre. Pudemos constatar, em trabalho anterior, a presença da fruição literária em relação aos leitores/ouvintes de cordel, que revelavam que liam/ouviam os folhetos porque eram “bonitos”, porque as palavras eram “rimadas”, porque “dava mais graça à vida”, porque “era divertido”, porque “matava os temores da vida” (Galvão, 2001).

Ainda em relação ao século XIX brasileiro, como referido, analisaremos o caso dos cegos que frequentavam o Instituto Imperial para Meninos Cegos. Baseamo-nos, para a realização da análise, no trabalho de Leão (2023). O autor reconstruiu os processos de concepção, produção e circulação do livro escolar em braille, durante a segunda metade do século XIX naquela instituição, com base em farta documentação. O Imperial Instituto dos

¹⁰ Entre a população livre, as taxas de analfabetismo eram de 86,56% entre as mulheres e de 76,56% entre os homens. Como mencionamos, não são feitas relações, no Censo de 1872, entre grau de instrução e raça. (Brasil, [1874?]).

Meninos Cegos, fundado em 1854 na capital do Império, foi o primeiro espaço formalizado no Brasil voltado especificamente para a educação de pessoas cegas. Foi ainda pioneiro na produção, em solo brasileiro, de livros didáticos no Sistema Braille.

A análise realizada pelo autor (Leão, 2023) nos permite constatar que havia, no interior do Instituto, condições que possibilitavam que crianças e jovens internos participassem ativamente das culturas do escrito. Essa participação era construída por meio de diferentes práticas pedagógicas. Os estudantes copiavam, nas aulas, livros manuscritos em braille: os professores ditavam o conteúdo dos livros em tinta e eles, com o uso de régua ou regletes e punção, produziam as obras em pontos salientes. Ao terem contato direto com o processo de produção do objeto livro – que embora manuscrito, possuía a forma de códex –, alunos e alunas certamente construíam maiores possibilidades de se tornarem leitores(as). Sentiam-se, também, pertencentes a uma determinada comunidade discursiva. Como afirma Chartier (1990), o estudo das modalidades partilhadas do ler é fundamental para compreendermos os significados atribuídos aos textos lidos em cada época e em cada lugar.

Além de viabilizar a produção de livros manuscritos, a instituição ofertava oficinas de tipografia e de encadernação (Leão, 2023). Os alunos que as frequentavam, quando se formavam, tornavam-se, em alguns casos, funcionários do próprio Instituto, exercendo um trabalho qualificado. Embora, segundo o autor, as oficinas não tenham produzido grande número de livros em braille no período Imperial – o que se daria, principalmente, no período republicano –, a participação dos estudantes cegos permitia, uma vez mais, que eles se familiarizassem com os processos de produção do objeto livro, o que, é razoável supor, contribuía para a sua formação como leitores e também como “autores”. Como mostra Leão (2023), o processo de transformação do livro em tinta para o livro em braille envolvia uma ressignificação de vários elementos da obra, para adequá-la à leitura com o tato, o que demandava um papel ainda mais ativo daqueles que o produziam. Os estudantes participavam, assim, de mais de um momento do circuito de produção dos livros (Darnton, 1990), na medida em que, definitivamente, texto e impresso não se confundiam. Como têm mostrado os estudos realizados no âmbito da História Cultural, mesmo para os casos dos livros em tinta, não existe texto fora do suporte em que é lido, ou seja, “não há compreensão de um escrito (...) “que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor” (Chartier, 1990, p.127). Nessa transformação do texto em impresso, é fundamental o papel desempenhado pelos editores/impressores. No caso em análise, esse papel é ainda mais central, pois a “fabricação” do livro em braille exigia um número significativo de intervenções, tanto no texto quanto na materialidade. Assim, os estudantes cegos que cursavam as oficinas eram participantes ativos nos processos de construção do próprio sentido do texto. Destacamos que a participação nas oficinas

tipográfica e de encadernação era restrita aos meninos, excluindo-se as internas do sexo feminino - que cursavam um currículo específico.

O trabalho de Leão (2023) mostra ainda que o Instituto possuía uma biblioteca, composta por obras manuscritas pelos estudantes, por aquelas elaboradas em suas oficinas e por outras importadas da Europa, principalmente da França, pois a instituição possuía intensa relação com o instituto de cegos francês. Nela, encontravam-se tanto originais em braille quanto adaptações de livros em tinta, didáticos e não didáticos, em francês e em português (Leão, 2023). Havia ainda outros materiais pedagógicos. Embora o autor, em virtude da própria especificidade das fontes mobilizadas na pesquisa, não tenha alcançado os sentidos atribuídos à leitura pelas crianças e jovens internos em contato com essa diversidade de materiais escritos, é plausível supor que as experiências de leitura dos livros em braille eram muito diferentes das decorrentes do contato com o livro em tinta, por ter o tato como sua forma de decodificação. Como afirma Fulas (2021), tratava-se de uma relação “quase carnal” entre o leitor e o livro. A análise dos autores corrobora aquilo que os estudos de Chartier (1990) têm mostrado mesmo em relação aos livros em tinta: os sentidos atribuídos ao texto pelos leitores somente podem ser compreendidos quando se consideram os dispositivos, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, que resultam da passagem do texto ao livro/impresso.

Leão (2023) conclui que esse contato intenso com as práticas de produção e leitura de livros entre os estudantes do Instituto possibilitava, inclusive, a complexificação de estigmas a que a população cega estava associada no período, na medida em que o livro se constituía em um artefato cultural associado à cultura legítima, visto que a maioria da população brasileira naquele momento histórico como mencionamos, era analfabeta, pouco escolarizada e o acesso ao livro era muito restrito. Trata-se, no entanto, de uma parcela ínfima da população cega no período. O censo de 1872 (Brasil, [1874?]) indicava que havia 15.848 pessoas cegas no Brasil, das quais 13.444 eram livres (7.954 homens e 5.390 mulheres). Por sua vez, o número total de estudantes matriculados no Instituto – todos livres, pois não eram admitidos escravizados – entre a sua fundação e 1896, segundo relatório da própria instituição de 1896, foi de 201, sendo 137 homens e 64 mulheres, vindos de várias províncias brasileiras e de alguns países estrangeiros (Leão, 2023). Se do ponto de vista quantitativo os números parecem insignificantes não se pode dizer o mesmo em relação ao significado simbólico dessas experiências.

Por que consideramos o caso dos cegos no século XIX como improvável? Embora o primeiro censo brasileiro, de 1872 (Brasil, [1874?]), não tenha mensurado as taxas de alfabetização entre as pessoas com “defeitos físicos” (“cegos”, “surdo-mudos”, “aleijados”, “dementes”, “alienados”), os cegos eram vistos, como também mostra o trabalho de Leão (2023), sob o estigma da inutilidade social e econômica. A análise de fontes do próprio

Instituto permitiu ao autor constatar que era frequente a discussão sobre a (in)capacidade física, moral e intelectual dos cegos.

Que regularidades podemos identificar quando analisamos o grupo dos estudantes do Instituto Imperial dos Meninos Cegos em relação a outros casos? Em primeiro lugar, o papel da escola: trata-se, como afirmamos, de um grupo muito específico de cegos – aquele que frequentava uma instituição educacional voltada para a sua educação. Embora o papel da escola na formação de leitores(as) não seja nem universal nem a-histórico, ao longo do tempo essa instituição tornou-se uma das principais instâncias de circulação do material escrito em muitos países. A efetividade da escola como agente de letramento dependia, entretanto, de vários fatores: a oferta de uma escolarização pública para diferentes níveis; a presença da leitura e da escrita na vida cotidiana da escola; a função mediadora do professor; a oferta de atividades e espaços extracurriculares relacionados à leitura e à escrita; a igualdade de condições no acesso e na permanência na instituição e a presença de políticas públicas de apoio à escolarização de diferentes parcelas da população, como ficou evidenciado no caso dos cegos do Instituto Imperial. Destacamos ainda, nessa mesma direção, o papel da biblioteca escolar.

Podemos também identificar que aqueles que possuíam maiores possibilidades de um contato mais intenso com os livros eram os que participavam das oficinas de tipografia e encadernação, ou seja, estavam se preparando para exercer um trabalho qualificado. Resaltamos também a vivência urbana, pois o Instituto estava localizado na corte, quer dizer, no território mais urbanizado do país, onde se concentravam os principais equipamentos considerados, pelas elites, como “civilizatórios”. Por fim, de modo semelhante ao que a bibliografia tem mostrado, há um privilegiamento dos homens pois somente os meninos podiam participar das referidas oficinas.

Em relação às “irregularidades”, considerando outros casos, podemos identificar o forte papel do Estado – no caso, o governo Imperial - no investimento para promover a formação de leitores e escritores entre a população com deficiência que naquele período tinha, sobre si, o estigma da incapacidade e da inutilidade econômica. Como analisa Leão (2023) em seu trabalho, a fundação da instituição relaciona-se, entre outros fatores, à necessidade de o governo imperial mostrar que o Brasil tinha experiências comparáveis aos países mais “adiantados” e “civilizados” do mundo.

Que tipo de leitores esses estudantes cegos se tornaram? Há poucos indícios, nas fontes analisadas por Leão (2023), que nos permitam responder essa questão, mas podemos afirmar que predominavam usos pragmáticos da palavra escrita, pois os manuais escolares e os livros “civilizatórios”, como catecismos e a Constituição do Império, se destacavam na documentação estudada.

3 Os casos no Brasil do século XX

Em relação ao século XX, analisaremos também dois casos, dessa vez de indivíduos: um homem e uma mulher, cujos processos formativos se deram, respectivamente, nas primeiras décadas e em meados do século.

A base para apresentarmos o caso de Luís Gonzaga dos Santos está em duas pesquisas realizadas: Galvão (2013) e Fadul (2023). Em ambos os trabalhos, como principal fonte foi utilizada a autobiografia que o sujeito escreveu: *Memórias de um carpinteiro*, publicada em 1963, pela editora Bernardo Álvares, de Belo Horizonte. Nascido em Diamantina, Minas Gerais, em 1898, Luís declara, em suas memórias, que era bisneto de escravizados e filho de “preto”.

A família do sujeito analisado tinha uma configuração peculiar: seu pai, nascido em 1855, foi “adotado” desde muito novo pelas freiras do Colégio Nossa Senhora das Dores, da Congregação de São Vicente de Paulo, tradicional escola da cidade que na época era exclusivamente feminina (Martins; Martins, 1993). Adão - assim se chamava seu pai – foi “criado”, então, na instituição, onde recebeu “alguma instrução primária” e religiosa. Foi sacristão e fazia tarefas externas, em nome da escola, na cidade e nas redondezas, como “tratar dos negócios”, levar e trazer a correspondência, fazer pequenas viagens. Depois, tornou-se carpinteiro do Colégio, ofício que aprendeu com um homem que exercia a função na instituição. Quando se casou, com uma doceira que fornecia iguarias para estudantes do seminário da cidade, Adão passou a morar fora da escola, mas continuou a trabalhar nela. Quando Luís tinha 10 anos, o pai deixou o emprego e a família, segundo sua narrativa, passou por diversas dificuldades financeiras.

Assim, filho de carpinteiro e doceira, Luís relata uma infância regrada do ponto de vista econômico, sem luxos, mas também sem grandes restrições (Fadul, 2023). Aos 7 anos, foi matriculado em uma aula de primeiras letras; depois, ingressou no primeiro grupo escolar de Diamantina. Na autobiografia, ele relata ter trabalhado desde menino junto à oficina do pai. O trabalho, além de auxiliar a família, permitiu que ele tivesse, simultaneamente, uma formação em um ofício especializado. Luís foi carpinteiro a maior parte da sua vida, tendo sido empregado no próprio Colégio e em outras escolas da mesma congregação. Na autobiografia que escreveu, relata vários momentos de migração para outras cidades e estados, em busca de melhores condições de vida.

Além da escola, outras instâncias parecem ter contribuído para a aproximação de Luís das culturas do escrito. Uma delas relaciona-se ao trabalho: trata-se das associações de ajuda mútua. O autor refere-se, inicialmente, à União Operária Beneficente, entidade fundada em Diamantina em 1891, por influência da Maçonaria e que, depois, a partir de 1897, teve os laços estreitados com a Igreja Católica (Martins, 2012). A União, segundo

Santos (1963), mantinha uma biblioteca e uma escola noturna para crianças e adultos. Ele também menciona que participou da fundação de outra “sociedade operária”, que, com estatutos diferentes da primeira, teve grande número de sócios.

As memórias do autor também indicam a relevância de outro tipo de instância responsável por aproximá-lo das culturas do escrito: aquela propriamente religiosa. Durante toda a infância, Luís participou de rituais católicos, sob a influência e ingerência do seu pai Adão. Embora alguns desses ritos, como as novenas e a oração dos ofícios, fossem fundamentalmente orais, apoiados na memorização e na recitação, estavam também baseados em textos escritos, como a Bíblia, os livros de vidas de santos e os cantos. Outros momentos se situavam entre o oral, o escrito e a *performance*, como era o caso das peças teatrais apresentadas, igualmente, com temáticas religiosas. Mas parece ter sido, principalmente, como analisa Fadul (2023), a sua participação em associações religiosas católicas que contribuíram para que Luís se tornasse leitor. Essa participação foi, uma vez mais, influenciada pelo pai, membro ativo da Sociedade de São Vicente de Paulo¹¹, fundador e tesoureiro da Legião da Luz - outra associação religiosa. Esse *ethos* católico certamente influenciou toda a trajetória de Luís como leitor, pois um dos objetos de leitura mais citados em sua autobiografia é a própria Bíblia.

Outro elemento que, embora não esteja vinculado diretamente às culturas do escrito, mas que, em nossos estudos (Galvão *et al.*, 2017), temos associado a uma formação estética e a uma familiarização com a estrutura narrativa, é a presença de histórias da tradição oral nas trajetórias de pessoas com perfis semelhantes. Em seu livro autobiográfico, Luís relata a experiência de ter ouvido histórias misteriosas e de “coisas ocultas”, que, supostamente, teriam se passado na própria cidade de Diamantina. Essas experiências parecem ser relevantes nos processos de formação de leitores(as).

Por que consideramos Luís um caso improvável? As taxas de alfabetização em Diamantina, em 1920¹², eram de 36,0% da população de 15 anos e mais (Brasil, 1929). Ao mesmo tempo, era um dos poucos municípios mineiros (12,4% do total), no início do século XX, que continha os cinco indicadores de cultura escrita analisados em trabalho anterior (Galvão; Frade, 2019): imprensa; bibliotecas; tipografia; instituições de ensino secundário, normal, profissional e superior; teatro. Esses dados revelam que existia no município uma elite leitora e escritora que exercia suas atividades intelectuais paralelamente à grande parte da população analfabeta.

¹¹ Criada em 1833 na França, a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização civil formada por leigos. Chegou ao Brasil em 1872. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/>. Acesso em: 21/10/2024. Desde a sua fundação, fazem parte das reuniões a leitura e a escrita de diferentes materiais.

¹² Optamos por trazer dados do Censo de 1920, pois o de 1900, mais próximo à data de nascimento de Luís, é considerado muito impreciso (Ferraro, 2009). Em 1910, não foi realizado o recenseamento geral no Brasil.

Por isso, a primeira “regularidade” que podemos observar no caso de Luís Gonzaga dos Santos é a vivência em meio urbano, principalmente em se tratando de uma cidade em que o escrito estava em toda parte. Embora a maior parte da população não soubesse “decifrá-lo”, mostrava sua pujança no cotidiano daqueles homens e mulheres que circulavam nos espaços da cidade.

Outra instância tradicionalmente estudada e que aparece no caso de Luís é a família. O papel desse agente de letramento para os filhos das camadas médias e das elites intelectuais na história do Brasil tem sido evidenciado há décadas, mas ele parece ter sido relevante também em famílias de meios populares. A concretização dessa contribuição se dava diretamente, quando, por exemplo, aprendia-se a ler em casa; práticas de leitura e escrita eram realizadas por membros da família; quando havia a presença de materiais escritos no espaço doméstico. A família também se transformava em uma instância de formação de leitores(as) indiretamente, quando havia a mediação de materiais escritos em interlocuções orais; a prática de contar histórias era parte da rotina familiar; a discussão oral era mais forte do que a coerção física; havia uma moral familiar que favorecia a organização, a disciplina e o trabalho intelectual; havia um investimento cotidiano em atividades que ultrapassavam a luta diária pela sobrevivência, principalmente em relação à escola. Essas conclusões reiteram e ao mesmo tempo complexifica o que vários estudos têm mostrado inclusive em relação a outros países (Lahire, 1997; Heath, 1983; Galvão, 2013; Silva, 2005).

Destaca-se, ainda, no caso de Luís, o papel de formas de oralidade que facilitavam a participação nas culturas do escrito tanto aquelas direta ou indiretamente relacionadas a artefatos escritos como também aquelas advindas da tradição oral. Embora essas últimas não estivessem necessariamente baseadas na palavra escrita, pareciam contribuir para os processos de formação do gosto estético/literário e para a familiarização dos sujeitos com estruturas narrativas.

Ressaltamos ainda o papel da religião na trajetória de Luís e em sua formação como leitor. No caso brasileiro, o fato de termos tido um catolicismo pouco institucionalizado, essa associação foi por muito tempo foi negligenciada. No entanto, estudos também têm mostrado que é preciso compreender melhor o lugar do escrito nas próprias práticas religiosas tanto nas consideradas “populares” (Souza, 2009) quanto nas institucionalizadas. É necessário também pesquisar melhor a extensão do papel do catolicismo em diferentes dimensões da vida social. O pertencimento à religião católica servia, muitas vezes, mesmo depois de extinto o regime de Padroado, para conferir existência jurídica às pessoas de meios populares e originárias da zona rural. O catolicismo, por outro lado, também contribuiu para o apagamento de outras religiosidades no Brasil e as contribuições que tiveram para aproximar as pessoas comuns da cultura escrita, como o kardecismo (Reis, 2018) e as religiões de matriz africana, como mencionado.

Outros padrões repetem-se no caso de Luís: o papel da escola; o exercício de um ofício especializado; a participação em associações de apoio mútuo; a presença da biblioteca; o fato de ser homem.

As maiores “irregularidades” que podemos destacar no caso analisado é o fato de o sujeito ser negro e pertencente aos meios populares. Isso se torna ainda mais relevante quando consideramos o período estudado - pós-abolição - e a região de Diamantina, em que a escravização de africanos foi estruturante na sociedade. Os negros e negras compunham parte significativa da população, mas, como nos referimos, era entre a população branca e pertencente à elite que se concentrava o domínio efetivo da leitura e a escrita.

Que tipo de leitor Luís se tornou? Se considerarmos os registros por ele realizados na autobiografia que escreveu, podemos afirmar que as leituras que fazia tinham fins predominantemente pragmáticos: lia artefatos escritos para se informar e para participar de comunidades de leitores específicas - associações de trabalho e entidades religiosas. Foi, ainda, autor de uma autobiografia, publicada por uma editora de alcance predominantemente local/regional. Não parece ter se tornado, assim, um leitor/escritor “legítimo”.

O caso de Maria Isabel Carlos¹³ será analisado com base em uma investigação que teve como objetivo compreender as relações entre culturas do escrito e mulheres de meios populares, afrodescendentes e migrantes, em meados do século XX (Galvão *et al.*, 2010). Essas mulheres participavam, na época da pesquisa, do grupo cultural “Meninas de Sinhá”¹⁴, localizado no Alto Vera Cruz, aglomerado situado na região leste de Belo Horizonte. As trajetórias das então 33 mulheres que compunham o grupo foram reconstruídas principalmente com base em entrevistas, realizadas sob os pressupostos da história oral. Foram também realizadas observações participantes e, quando era o caso, análise das escritas por elas produzidas. O caso de Isabel, como buscaremos evidenciar ao longo da análise, destaca-se por uma série de fatores, mas principalmente pela relação que ela estabeleceu com a leitura e a escrita.

Nascida em 1938 em uma comunidade rural do distrito de Pedra do Anta, então pertencente ao município de Teixeiras, região da zona da mata de Minas Gerais, Isabel faleceu em 2016. Era a mais velha de uma família de sete irmãos. Quando criança, trabalhava em casa, ajudando a mãe, que era costureira, a lavar, a arrumar e a cuidar dos irmãos. Ajudava ainda a cozinhar para seu pai, que era meeiro em fazendas da região, para as demais pessoas da família e para os outros trabalhadores. Da infância, recordou-se também, nas entrevistas que fizemos com ela, das brincadeiras e das festas religiosas de que participa-

¹³ Usamos o nome real da pesquisa, com a sua permissão, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado na época da pesquisa.

¹⁴ Para maiores informações sobre o grupo, ver: <https://meninasdesinha.org.br/>. Acesso em: 20/10/2024.

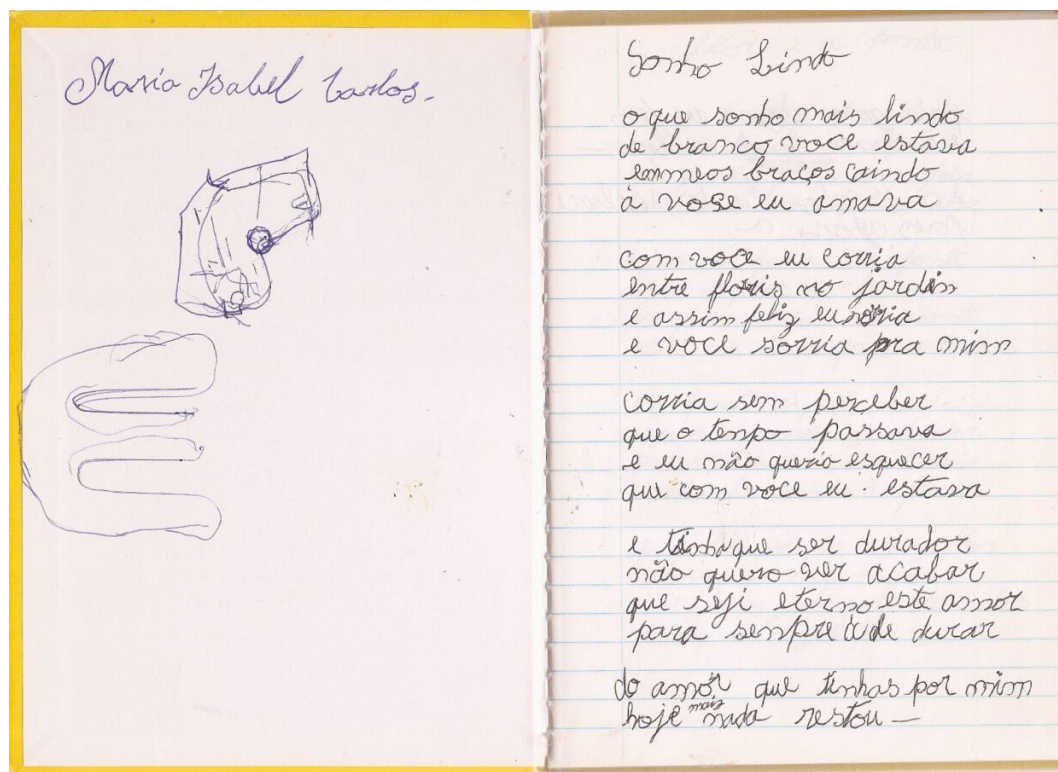
va. Os serões familiares, com a participação de vizinhos, em que ocorriam contações de histórias da tradição oral e do universo fantástico, estavam ainda presentes na trajetória de Isabel, tornando-a familiarizada, assim como ocorreu com Luís Gonzaga dos Santos, com as estruturas da narrativa e com a fruição estética. Isabel casou-se aos 16 anos, teve 11 filhos, dos quais 8 sobreviveram, e nunca trabalhou fora de casa. Migrou para Belo Horizonte no início da década de 60.

Foi com o pai que Isabel aprendeu a ler e a escrever. Ela nunca frequentou a escola. Segundo sua narrativa, diante do escasso material escrito que circulava na propriedade em que moravam, o pai fazia furos em pedaços de papel (restos de jornal ou papéis de embrulho), sobrepunha-o aos textos existentes, para que ela pudesse identificar, uma a uma, as letras do alfabeto. Depois, pelo mesmo “método”, ensinou as sílabas e pequenas palavras. Para a aprendizagem e o ensino da escrita, Isabel e seu pai usavam pedaços de carvão. Aos poucos, segundo se recorda, ela se alfabetizou e tornou-se fluente na leitura.

Isabel narrou que, desde que aprendeu a ler, lia tudo o que encontrava, de embalagens de sabonete e jornais velhos a palavras inscritas nas cercas das propriedades que se situavam nas redondezas de onde morava. Destaca-se, em sua narrativa, o papel desempenhado por exemplares da revista *O Cruzeiro*¹⁵ em sua formação como leitora. Os exemplares do impresso, assim como outros materiais escritos, chegavam na “roça” - era assim que ela se referia ao território em que nasceu e viveu na infância - principalmente por meio de um primo que tinha ido fazer tratamento de saúde no Rio de Janeiro. Entre as diversas recordações de leitura que trazia quando nos concedeu uma das entrevistas, lembrava-se, particularmente, do grande impacto que teve quando leu, na revista, uma reportagem sobre a ida do homem à lua. A mãe ficou tão preocupada com a reação da palavra escrita sobre a filha - achando que a leitura estava “estragando o entendimento” - que a então menina passou a guardar as revistas embaixo do travesseiro pois tinha de “esconder as palavras”. A leitura foi companheira cotidiana de Isabel até o seu falecimento, mesmo depois que sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC): “eu aprendi a ler e amo, amo, amo, a ler”. Aos poucos, ela também passou a escrever, principalmente pequenos poemas, em geral em forma de quadras, letras de música e escritos autobiográficos. Esse material estava, na época em que a entrevistamos, reunido em um caderno, que ela guardava com muito carinho. Depois, um livro, com alguns de seus escritos, foi publicado postumamente (Carlos, 2017), assim como foram gravadas algumas de suas músicas. Outros de seus escritos já haviam feito parte de coletâneas.

¹⁵ Considerada uma das principais revistas ilustradas em circulação no Brasil no século XX (1944-1975), a revista *O Cruzeiro* já foi objeto de vários estudos. Ver, entre outros, Meyrer (2010).

Figura 1 – Primeira página do caderno de Maria Isabel Carlos.



Fonte: A Autora.

Por que Isabel pode ser considerada um caso improvável? Aproximadamente na época em que ela nasceu, segundo o Censo de 1940, o município de Teixeira tinha 12.887 habitantes com 5 anos e mais, dos quais 37,65% sabiam ler e escrever (Brasil, 1950). Entre as mulheres, esse índice era de 30,65% (Brasil, 1950). A maior parte da população, que vivia da agricultura – destacando-se o cultivo do café –, da pecuária e da silvicultura, morava na zona rural. A sede e a vila de Pedra do Anta eram as principais aglomerações urbanas do município, mas ambas concentravam em torno de apenas 20% da população. As escolas existentes se situavam principalmente nesses dois núcleos.

Que regularidades podem ser verificadas quando o caso de Isabel é comparado a outros? A trajetória dela confirma que a alfabetização e o acesso a materiais escritos são duas condições relevantes para se tornar um(a) leitor(a). Indica ainda o importante papel da oralidade por meio das narrativas coletivas de histórias da tradição oral.

Ressalta, também, o papel relevante da família - no caso, do pai – nos processos de aproximação das pessoas das culturas do escrito. O caso de Isabel pode ajudar a compreender trajetórias em que, mesmo quando a escola é ausente, pais podem se engajar no processo de alfabetização e de formação dos(as) filhos(as) como leitores(as).

Quais as “irregularidades” observadas no caso de Isabel? Para os olhares contemporâneos, talvez a ausência da escola seja o elemento que mais se destaca. No entanto,

como afirmamos no início deste artigo, a relação entre alfabetização e escolarização é relativamente recente na história brasileira. Muitos foram os indivíduos que aprenderam a ler e se tornaram leitores em outros espaços e por meio de outras práticas, como mostramos, por exemplo, em estudo sobre leitores(as)/ouvintes de literatura de cordel (Galvão, 2001). Talvez, nesse aspecto, o que mais distinga a trajetória de Isabel de outros casos semelhantes seja o fato de seu alfabetizador ter sido um homem – o pai. Como têm mostrado alguns estudos (Fadul, 2023), era comum que os pais e, depois, maridos, impedissem (ou colocassem obstáculos) as mulheres de aprender a ler e a escrever, pois alegavam, entre outros fatores, que essas habilidades poderiam facilitar a escrita de bilhetes para namorados ou pretendentes a namorados. O trabalho de Fadul (2023) mostra a importância de se considerar a questão de gênero nas análises que realizamos em nossas pesquisas, principalmente quando se debruçam sobre períodos anteriores à segunda metade do século XX: em muitas trajetórias, ele parece se sobrepor a outros marcadores sociais, pois mesmo as mulheres pertencentes às elites – principalmente do campo – tinham dificuldades de acesso à escolarização e à leitura.

Outra singularidade do caso reside no fato de que a trajetória inicial de leitura de Isabel deu-se, quase inteiramente, na zona rural – embora o acesso a materiais escritos tenha sido possibilitado por moradores de centros urbanos. Esse elemento, no entanto, não pode ser considerado uma “irregularidade” em todas as partes do Brasil, pois estudos mostram, principalmente em regiões de imigração europeia, a presença de “leitores fortes” no campo (Manke, 2021; Thies, 2008). Embora possamos afirmar que nas áreas rurais a presença do escrito era, realmente, mais esparsa, essa afirmação precisa ser nuançada por diversos motivos. Os equipamentos relacionados às culturas do escrito tendiam/tendem a se concentrar em algumas áreas das cidades, havendo diferenças expressivas entre as áreas centrais e as áreas periféricas (Galvão *et al.*, 2010). Em pequenos municípios, mesmo nas sedes ou em aglomerações urbanas, o escrito pode ser rarefeito.

Destacamos ainda o fato de Isabel não ter exercido trabalho qualificado – nem em espaço público – em toda a sua vida. Por fim, ressaltamos o pertencimento étnico-racial de Isabel: ser afrodescendente certamente restringiu as condições de possibilidade para que ela se tornasse leitora e, depois, escritora.

Que tipo de leitora Isabel se tornou? A sua narrativa indica que, antropofagicamente, ela lia tudo o que estava (escassamente) disponível: de papéis que serviam de embalagem a revistas e livros. Tinha, portanto, ao mesmo tempo, inclinações estéticas e pragmáticas em relação à leitura. Também em relação à escrita, os mesmos tipos de usos se repetem: fruição literária para os poemas e letras de músicas; usos éticos para as memórias. O caso de Isabel, ao lado de outros, como os dos leitores(as)/ouvintes de literatura de cordel (Gal-

vão, 2001), já referidos, ajudam a complexificar a ideia de que os meios populares somente seriam capazes de conferir funções utilitárias à palavra escrita.

4 Considerações finais

Os casos analisados ao longo deste artigo revelam a existência, ao longo da história brasileira, de grupos sociais e de indivíduos que podem ser considerados leitores(as) “improváveis”, na medida em que, vivendo em contextos de exclusão, tiveram restrições de acesso à alfabetização e à escolarização, a materiais escritos, a espaços e ferramentas que permitissem uma ativa participação nas culturas do escrito: populações escravizadas, meninos e meninas cegos, homens e mulheres pertencentes aos meios populares, negros, moradores do campo e da cidade. Embora a análise tenha se baseado, predominantemente, em resultados de estudos já realizados sobre o tema, o tipo de discussão aqui realizado não havia sido objeto de uma sistematização mais elaborada, principalmente tendo por base as duas principais questões norteadoras que guiaram a argumentação tecida ao longo do artigo: as instâncias responsáveis pela formação de leitores(as) improváveis e os tipos de leitores(as) que eles(as) se tornaram.

Os casos mostram assim a relevância de algumas instâncias para que a “improbabilidade” ocorresse. Alguns desses espaços são considerados clássicos nos estudos sobre história da leitura: escola, família, cidade, trabalho e religião. Isso não quer dizer que as trajetórias estudadas apenas confirmem as pesquisas realizadas, pois trouxeram elementos para complexificar essas questões, como a presença de leitores(as) na zona rural, exercendo trabalhos não qualificados, advindos de famílias com baixo capital cultural, sem acesso à escola e a forte presença das narrativas da tradição oral na formação de um senso estético. No entanto, outras instâncias precisam ser incorporadas aos estudos, sob o risco de serem invisibilizadas. Certamente, a história da leitura no Brasil precisa considerar, principalmente quando se debruçar sobre alguns territórios, instâncias como o rádio (Neves, 2018), as feiras, o cinema, o teatro, a imprensa e as diferentes religiosidades.

Outra pergunta que guiou a elaboração deste artigo diz respeito ao tipo de leitor(a) que essas pessoas e grupos se tornaram. Como analisamos ao longo do texto, embora tendam a predominar, entre os “leitores improváveis”, usos pragmáticos da leitura, em que se destacam leituras informativas e orientadoras para a vida prática, o estudo dos casos também nos revela a presença da fruição estética e literária, pois estão presentes, entre os sujeitos e grupos analisados, as ideias de beleza e de inutilidade, associadas à leitura.

Os casos analisados mostram, por fim, que a mudança na escala de observação, como argumenta Revel (1998), produz efeitos de conhecimento, pois modifica a “forma” e a “trama” do fenômeno estudado. Ao focalizar a escala do indivíduo e de grupos sociais, foi

possível confirmar e ao mesmo tempo complexificar o que outros estudos têm mostrado em relação, principalmente, às principais instâncias responsáveis pela formação de “leitores improváveis”. Diante dessa constatação, podemos nos perguntar, à guisa de conclusão deste artigo: se houvesse mais pesquisas sobre trajetórias semelhantes, esses casos deixariam de ser classificados como “improváveis”, mesmo sendo quantitativamente minoritários? O modo como fazemos nossos estudos sobre história da leitura no Brasil tem contribuído para a sua visibilização ou para torná-los ainda mais imperceptíveis?

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Ensaios escritos originalmente entre 1919 e 1974.
- BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- BARROS, Surya P. **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13062017-113159/pt-br.php>. Acesso em: 20/10/2024.
- BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura**: teoria & prática, Campinas, SP, v. 35, n. 71, p. 115-136, 2017. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/633>. Acesso em: 19/10/2024.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Primeira edição: 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008. Primeira edição: 1979.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil 1 de Setembro de 1940**. Censo Demográfico. População: quadros sinóticos por município, quadro de distribuição segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. (Série Regional. Parte XIII - Minas Gerais. Tomo 2).
- BRASIL. **Recenseamento Geral do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, [1874?]. v. 1.
- BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral De Estatistica. **Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920**: População do Brasil por estados, municípios e districtos, segundo o grau de instrucção, por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1929. v. 4.
- CARLOS, Maria Isabel. **Eu, Bonsai**: minha vida em versos. Belo Horizonte: Meninas de Sinhá, 2017.
- CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita**: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Grafias no cotidiano**: escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 2021.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2018.

CRUZ, Mariléia dos S.; MATOS, Érica L.; SILVA, Ediane H. “Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **Notandum**, [s. l.], n. 48, p. 151-166, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/59293/751375152189>. Acesso em: 05/05/2024.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUARTE, Eduardo A. **Machado de Assis afrodescendente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020. Seleção, notas, ensaios.

FADUL, Cecília Rodrigues. **Leitura e escrita nas Minas Gerais (1889-1930)**: aproximações e distanciamentos de sujeitos pertencentes a diferentes estratos socioeconômicos. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FINNEGAN, Ruth. **Where is language?**: an anthropologist's questions on language, literature and performance. London: Bloomsbury, 2015.

FONSECA, Marcus Vinícius. **População negra e educação**: um perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

FONSECA, Marcus V.; BATISTA, Vanessa S. “Minas Gerais é muitas”: negros e brancos nas escolas do Sul de Minas, no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v. 22, n. 1, p. e209, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/dQftpWT9DNgWghmMKK-7JVBN/abstract/?lan>. Acesso em: 12/05/2024.

FULAS, Tatiana de Andrade. **A produção e a circulação transnacional de livros em relevo para a educação de cegos (séculos XVIII-XIX)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/24546>. Acesso em: 20/10/2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel**: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.218-248.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Analfabetismo, práticas de cura e população negra na imprensa brasileira na década de 1850. **Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, e10768, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10768>. Acesso em: 20/10/2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Autobiographies and “new literates”**: a comparative study (Illinois, USA, and Minas Gerais, Brasil, First Half of 20th century). Dekalb, IL: Northern Illinois University, 2013. Visiting Scholar Research Report, presented to the Department of Literacy Education.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* **Histórias de meninas, Meninas de Sinhá**. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* Agentes de letramento e “novos letrados”: um estudo a partir da análise de autobiografias (Minas Gerais, Brasil; Illinois, Estados Unidos, primeira metade do século XX). In: JINZENJI, Mônica Yumi; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de (org.). **Culturas orais, culturas do escrito**: intersecções. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017. p. 151-179.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel C. A. S. Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **História da Educação em Minas Gerais**: da colônia à república. Uberlândia: EDUFU, 2019. v. 3, p. 21-53.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HEATH, Shirley Brice. **Ways with words**: language, life and work in communities and classrooms. Cambridge, UK : Cambridge University Press, 1983.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar: como Valentin Jamerey–Duval aprendeu a ler. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 35-74.

JORNAL DO COMMERCIO. **Interior**: Paraná. Número 136. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1884. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22escravos%20nas%20aulas%20nocturnas%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10376. Acesso em: 20/05/2024.

JOHANSSON, Egil. The history of literacy in Sweden. In: GRAFF, Harvey J. **Literacy and historical development**: a reader. Carbondale: Southern Illinois University, 2007.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. **Educar-se em pontos salientes**: produção e circulação do livro em braille no Imperial Instituto dos Meninos Cegos. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/66337>. Acesso em: 10/05/2024.

LUZ, Itacir Marques da. **Compassos Letrados**: artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

MANKE, Lisiane S. **História e sociologia das práticas de leitura no meio rural**. Pelotas, RS: Editora UFPel, 2021.

MANKE, Lisiane S.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. O bisneto do comendador: herança cultural e formação autodidata em uma trajetória no século XX. **Topoi**, [s. l.], v. 19, n. 37, p. 102–124, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/LStjQBc48ZjxbZC9fC66HrQ/>. Acesso em: 20/10/2024.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “norte de Minas”. **História Econômica & História de Empresas**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 5-38, 2012. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/219>. Acesso em: 20/10/2024.

MARTINS, Junia Maria Lopes; MARTINS, Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 17, p. 11-19, jun. 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevisa/article/view/44921>. Acesso em: 22/10/2024.

MEYRER, Marlise. Revista O Cruzeiro: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957). **História Unisinos**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 197-212, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4719/1942>. Acesso em: 22/10/2024.

MORAIS, Christianni C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 493-504, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rZFmNrN9XjZxmGRGph8wpzN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30/05/2024.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. Literatura e história: imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 00, p. 53-62, dez. 1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n00/n00a04.pdf>. Acesso em: 30/05/2024.

NEVES, Simone Aparecida. **O rádio como agente de letramento literário de crianças**: um estudo sobre o programa radiofônico Encontro Com Tia Leninha, da Rádio Nacional da Amazônia (1979-1999). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9UN2B?locale=pt_BR. Acesso em: 30/05/2024.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). **Política, Nação e Edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política - Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 481-493.

PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques (org.). **Penser par cas**: raisonner à partir de singularités. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

PERES, Eliane. A aprendizagem da leitura e da escrita entre negras e negros escravizados no Brasil: as várias histórias dos “sem arquivos”. **Cadernos de História da Educação**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 149-166, fev. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/52701>. Acesso em: 30/05/2024.

PERES, Eliane. Ler, escrever e contar entre mulheres escravizadas: uma história a ser escrita. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, SP, v. 22, n. 1, p. e208, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/dk5nGdGPRYttVTr6QNGQ98R/>. Acesso em: 30/05/2024.

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

PINTO, Ana Flávia M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Primeira edição: 1986.

REIS, Joseni Pereira Meira. **Letramento em uma instância religiosa: o caso do Centro Psychico de Caetité, Bahia (1905-1930)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BA7NDQ>. Acesso em: 05/10/2024.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p.177-200.

SANTOS, Luís Gonzaga dos. **Memórias de um carpinteiro**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1963.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte**. Brasília: Plano, 2000.

SILVA, Fabiana Cristina da. **Trajetórias de longevidade escolar em famílias negras e de meios populares (Pernambuco, 1950-1970)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4729>. Acesso em: 05/10/2024.

SOUZA, Maria José Francisco. **Modos de participação nas culturas do escrito em uma comunidade rural no Norte de Minas**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8R2JCY?locale=pt_BR. Acesso em: 05/10/2024.

THIES, Vania Grim. **Arando a terra, registrando a vida: os sentidos da escrita de diários na vida de dois agricultores**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2008. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1693>. Acesso em: 05/10/2024.

VEIGA, Cynthia Greive. **Subalternidade e opressão sociorracial**. São Paulo: Editora UNESP: SBHE, 2022.

VIANA, Iamara; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 155-177, 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/NtZ6zWTv4XsjchZ98qfHRvn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05/05/2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, SP, v. 8, n. 17, p. 41-67, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161066003>. Acesso em: 25/10/2024.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

WISSENBACH, Maria Cristina. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 (4), p.103-122, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38724>. Acesso em: 29/10/2024.

MINIBIOGRAFIA

Recebido em junho/2024 | Aprovado em dezembro/2024

Ana Maria de Oliveira Galvão

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre e doutora em Educação pela UFMG, pós-doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, realizou programas de professor visitante sênior na Northern Illinois University, Estados Unidos, e na Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
E-mail: anamariadeogalvao@gmail.com